

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.207 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 2000

## Relator obtém apoio para financiar mínimo com projetos contra sonegação

Em reuniões com Amir Lando, líderes partidários rejeitam a cobrança de contribuição de inativos como fonte de recursos para permitir o aumento do piso salarial. Eles preferem aprovar projetos que combatam os sonegadores e a elisão fiscal

### Exame de Aids em gestantes pode ser obrigatório

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto do senador Tião Viana que obriga as redes pública e privada de saúde a realizar em gestantes exames que detectem o vírus da Aids e outras doenças.

PÁGINA 8



Amir Lando (segundo à esquerda) participou de três reuniões para tentar definir fontes de recursos que garantam o aumento do salário mínimo

O relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando, obteve dos líderes de partidos governistas na Câmara apoio para que os recursos necessários ao aumento do salário mínimo saiam de dois projetos de combate aos sonegadores e à elisão fiscal – uso de brechas legais para redução do imposto a pagar. Ficou acertado também o uso de verbas de emendas parlamentares e o corte no custeio da máquina pública. Os líderes decidiram não aceitar a proposta do Executivo de cobrar a contribuição previdenciária dos servidores inativos.

PÁGINA 4



### Antonio Carlos insiste em piso salarial de R\$ 180

PÁGINA 2

## SENADO APROVA PLEBISCITO SOBRE CRIAÇÃO DO ESTADO DO TAPAJÓS

### Lampreia será convocado para explicar as relações do Brasil com o Peru

PÁGINA 5

### Plenário presta homenagem ao ex-senador Guido Mondin

PÁGINA 7



Para Jader Barbalho, a região do Tapajós necessita de maior presença do poder público



Ademir Andrade: novo estado só se houver consenso



Luiz Otávio é contrário à divisão do Pará

PÁGINA 3



### Venda superfaturada de jogadores pode esconder lavagem de dinheiro

PÁGINA 4

Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Adrienne Senna, depois ontem à CPI do Futebol





## Melo recebe presidente do Parlamento da Polônia

O primeiro-vice-presidente do Senado, Geraldo Melo, recebeu ontem, no Salão Nobre, o presidente do Parlamento da República da Polônia (foto), Maciej Plazynski, que veio em missão oficial. Na pauta de conversações, o aumento do comércio entre os dois países e a

renegociação da dívida polonesa com o Brasil, que chega a quase US\$ 4 bilhões.

Segundo Melo, a presença de Plazynski no Brasil é um passo importante para incrementar o comércio bilateral, que chega a US\$ 500 milhões anuais.

# Antonio Carlos insiste em salário mínimo de R\$ 180

“Quem arranja dinheiro para conceder um salário de R\$ 173 arranja para R\$ 180”, afirmou ontem o presidente do Senado

Antonio Carlos não quis comentar a proposta do governo de tributar os aposentados



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou na manhã de ontem que continuará defendendo a elevação do salário mínimo dos atuais R\$ 151 para R\$ 180. A declaração do presidente do Senado foi feita a partir de notícias veiculadas pela imprensa segundo as quais o governo pretende pro-

por um salário mínimo de R\$ 173. — Quem arranja dinheiro para conceder um salário de R\$ 173 arranja para R\$ 180 — disse.

Perguntado também sobre a intenção do governo Fernando Henrique de cobrar contribuição previdenciária dos servidores aposentados com vistas a reforçar o caixa público para aumentar o valor do mínimo, Antonio Carlos não quis comentar o assunto.



SEXTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 2000

## AGENDA

Presidente  
Antonio Carlos Magalhães

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Brasil 500



Segunda-feira

14h30 — Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 34/99, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; PLC nº 74/2000, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho), que proíbe o trabalho do menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz; PDL nº 88/2000, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Bom Jesus de Rádio e Televisão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pindamonhangaba (SP); PDL nº 118/2000, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Dom Bosco para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Grande (MS); PDL nº 163/2000, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Globo Eldorado para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro (RJ); e PDL nº 216/2000, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio de São João do Piauí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Piauí (PI).

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 89/2000, aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Interativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aguiá (SP); PDL nº 165/2000, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Belo Horizonte para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte (MG); PDL nº 217/2000, aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação, Cultura e Desporto do Município de Elesbão Veloso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elesbão Veloso (PI); votação nominal do PLS nº 591/99, que altera a composição do conselho a que se refere a Lei Complementar nº 66/91;

e Requerimento nº 567/2000, do senador Jefferson Péres e outros senadores, solicitando seja convocado o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Gen. Alberto Cardoso, para prestar, perante o plenário desta Casa, esclarecimentos sobre operações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: será destinada a comemorar o centenário do nascimento de Milton Campos.

Pauta: PLC nº 1/99, regulamenta o parágrafo 4º do art. 199 da Constituição federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PRS nº 49/99, altera a Lei nº 8.248/91, a Lei nº 8.387/91, e o Decreto-Lei nº 288/67, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação; PRS nºs 75 e 78, de 2000, que alteram a Resolução nº 78/98, do Senado, para suspender, pelo período de 12 meses, o pagamento de serviços de dívidas dos estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União; e PRS nº 79/2000, altera a Resolução nº 78/98, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 19*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Mensagem nº 208/2000, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Anne Elisabeth Nunes de Oliveira, para exercer o cargo de defensor público-geral da União, com mandato de dois anos; e Mensagem nº 237/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Sebastião de Oliveira Castro Filho, para compor o Superior Tribunal de Justiça. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: PDLs nº 40/2000, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços

Aéreos Reguladores, celebrado entre os governos do Brasil e da Suíça; PDL nº 124/2000, que aprova o texto do acordo de cooperação entre as academias diplomáticas do Brasil e do México; PDL nº 131/2000, que aprova o texto do Protocolo de São Luiz sobre a Responsabilidade Emergente de Acidentes de Trânsito entre os Estados Partes do Mercosul; PDL nº 140/2000, que aprova o texto do acordo entre os governos do Brasil e da Guiana sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico; PDL nº 180/2000, que aprova o texto do Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do Mercosul; PDL nº 182/2000, que aprova o envio de um contingente de peritos eleitorais, oficiais militares de ligação e policiais militares, todos desarmados, os quais ficarão à disposição de Missão das Nações Unidas no Timor Leste; PDL nº 183/2000, que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior; e PDL nº 184/2000, que aprova o texto do acordo de cooperação cultural entre os governos do Brasil e do Zimbábue. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 5*

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 88/2000, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção nas embalagens de roupas íntimas de orientações impressas sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, colo de útero e de próstata; PLS nº 53/2000, que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), para as unidades da federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; PLS nº 10/2000, que dispõe sobre a existência de acomodações separadas para fumantes e não fumantes em estabelecimentos hoteleiros; PLS nº 319/99, acrescenta dispositivo à Lei nº 3.268/57, que dispõe sobre os conselhos de medicina; PLS nº 216/99, que proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM, em todo o território nacional; PLS nº 75/2000, altera a Lei nº 5.889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; PLS nº 50/2000, acrescenta dispositivo ao artigo 3º da Lei nº 8.650/93, que dispõe sobre as relações de trabalho do treinador profissional de futebol, a fim de permitir ao jogador de futebol o exercício da profissão nas condições que especifica; PLS nº 124/2000, que institui estágio obrigatório remunerado como condição para a concessão do diploma de médico e o exercício profissional da medicina; PLS nº 273/99, dá nova redação aos incisos XIV e XXI, do artigo 6º da Lei nº 7.713/98; PLS nº 202/2000, que isenta os doadores de sangue do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos; PLS nº 183/2000, altera o art. 164 da Constituição das Leis do Trabalho para dispor sobre a nova composição das

comissões internas de prevenção de acidentes (Cipas); PLS nº 171/2000, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a recomposição de áreas de preservação permanente e da reserva florestal legal; PLS nºs 391, 399 e 630, de 1999, altera os arts. 21 e 232 da Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica); altera os arts. 21 e 232 da Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e o parágrafo 2º do artigo da Lei nº 9.294/96; altera a Lei nº 7.565/86, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, no sentido de que os benefícios decorrentes da aquisição de passagens aéreas com recursos orçamentários sejam revertidos para a administração pública; PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; e PLS nº 11/2000, altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: exposição dos membros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, sobre o desempenho de suas atividades, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 28/2000-CAE, de autoria do senador Pedro Simon.

17h — exposição de Francisco Gross, presidente do BNDES, acerca do novo plano estratégico do banco, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 38/2000-CAE, de autoria do senador Jefferson Péres. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

Após Ordem do Dia — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: audiência pública com a finalidade de explicar e debater os critérios para definição dos municípios contemplados com o Programa IDH-14 (Índice do Desenvolvimento Humano), atendendo a requerimento do senador Sebastião Rocha, com a presença do ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente; da secretária Nacional de Assistência Social, Vanda Engel; e do representante no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

Quinta-feira

9h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento do treinador Wanderley Luxemburgo. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

ESPECIAL

Quarta-feira

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: O judeu, de Jom Tob Azulay. *Auditório Petrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Aprovado plebiscito sobre criação do estado do Tapajós

Projeto de Mozarildo Cavalcanti vai à Câmara. De acordo com o texto, nova unidade da Federação seria composta por 22 municípios do oeste paraense. Emenda que admitia a transformação da região em território foi rejeitada

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de decreto legislativo do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que convoca plebiscito no Pará para decidir sobre a criação do estado do Tapajós. A proposta segue para apreciação da Câmara dos Deputados.

O novo estado, de acordo com a proposta de Mozarildo, seria composto por 22 municípios do oeste paraense, incluindo Santarém. Ao justificar sua proposta, o senador argumenta que “a grande área territorial impede a atuação do aparelho estatal e condena as populações mais distantes a toda espécie de carências”.

A pedido de Mozarildo, foi rejeitada emenda apresentada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que incluía, entre as possibilidades do plebiscito, a transformação da região do Tapajós em território federal. O projeto determina a realização do plebiscito seis meses após a promulgação do decreto legislativo.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) alertou para o fato de que, se não houver um consenso de todas as forças políticas do estado, a criação do Tapajós “é absolutamente impossível”. Segundo ele, a Constituição de 1988 e a legislação que regulamentou o assunto estabeleceram muitas dificuldades para a criação de um novo estado.

Ademir lembrou que anteriormente o plebiscito era realizado apenas na área que pretendia ser desmembrada, mas hoje deve envolver todos os eleitores do estado



Plenário acolheu a proposta de realização de plebiscito seis meses após a promulgação do decreto legislativo

a ser dividido. Além disso, a legislação exige que a Assembléia Legislativa aprove a divisão e, então, lei complementar seja aprovada pela maioria absoluta dos deputados federais e dos senadores, em votação nominal.

— Se o projeto for aprovado na Câmara e o plebiscito realizado sem um debate racional, baseado em argumentos técnicos, o estado do Tapajós será derrotado, pois o governador Almir Gabriel é contrário à sua criação. O governador tem maioria na Assembléia Legislativa e critica de maneira acintosa a vontade do povo do Tapajós e do povo do sul do Pará, que quer criar o estado de Carajás — disse, ao pedir que a população do oeste paraense pressione o governador para que ele aceite a discussão.

Para o senador Jader Barbalho (PMDB-PA), o projeto de Mozarildo proporciona ao Senado a possibilidade de discutir a política eco-

nômica e o desenvolvimento regional, temas que não vêm sendo enfrentados pelo governo. A região do Tapajós, disse Jader, tem “imensa potencialidade econômica” e necessita de mais investimentos e maior presença do poder público.

Como ex-governador, ele afirmou que a satisfação das demandas do oeste do Pará sempre representou grande desafio para o governo, pela distância de Belém. Assim, considera justo “o sentimento de apertado político que permeia a população do Tapajós”.

Favorável ao plebiscito, mas contrário à divisão do estado, o senador Luiz Otávio (sem partido-PA) anunciou que iria fornecer a Ademir dados publicados na imprensa sobre a arrecadação de tributos e a população dos municípios que integrariam o estado do Tapajós.

— Só aceito meu estado por inteiro. Estamos aqui representando o estado por inteiro — declarou.

## Arruda pede estudo da redivisão territorial do país

Durante a discussão do projeto, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) pediu a instalação da subcomissão da CCJ que irá estudar a redivisão territorial do país, notadamente das regiões Centro-Oeste e Norte, como estratégia de desenvolvimento. Para ele, “nenhuma política de desenvolvimento regional no Brasil foi mais positiva que a divisão dos estados”. A subcomissão, proposta por Arruda, foi aprovada em setembro. A proposta foi defendida pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE).

Observando as experiências de Mato Grosso do Sul e do Tocantins, o



Subcomissão proposta por Arruda estudará redivisão territorial

senador Roberto Freire (PPS-PE) afirmou que os novos estados cresceram, mas os estados divididos não diminuíram. Acrescentou que a criação do estado pode ser uma oportunidade para que “a Amazônia seja ocupada pela inteligência brasileira, com uma intervenção concreta do governo federal”.

— Na Constituinte, Tapajós foi apontado como um estado de total viabilidade, talvez até mais que o Tocantins — disse Freire.

Nascido no Pará, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) acredita que o novo estado representará uma melhor ocupação da Amazônia, com es-

paço para o desenvolvimento econômico, social e cultural. Como morador de antigo território, ele disse conhecer as vantagens de a população ser assistida por um estado com todas as instituições instaladas e presença constante em todo o território. O senador anunciou que irá propor plebiscito para criação do território de Oiapoque no norte do Amapá, região importante do ponto de vista estratégico.

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) deu seu testemunho sobre a criação do Tocantins, segundo ele, “a divisão que deu certo”, com elevação dos padrões sociais. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considera importante que seja conferida ao povo do Pará a decisão final sobre o desmembramento do estado.

## CCJ reexaminará proposta de urna eletrônica mais segura

Requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR), aprovado ontem em Plenário, fez com que o projeto de lei estabelecendo mecanismos para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico — também aprovado pelos senadores — seja novamente examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta de Requião foi tema de audiência pública em Plenário, realizada em junho passado, com a presença do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, dos ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Maurício Corrêa e Nelson Jobim, além de técnicos envolvidos na implantação do sistema eletrônico de votação. Requião quer que, paralelamente à contagem dos votos por meio eletrônico, seja conferido o resultado do pleito a partir dos votos registrados nas urnas.

Na sessão, o Senado também aprovou quatro projetos de de-



Roberto Requião defende mais garantias na votação eletrônica

creto legislativo que aprovam atos de outorga e renovação de concessão para funcionamento das seguintes emissoras de rádio: Sistema Jornal de Rádio, de Piracicaba (SP); Rádio Cultura Venda Nova, de Ibatiba (ES); Brasil Amazônia Comunicação Empreendimentos, de Redenção (PA); e Fundação Donatle Costa, de Pedro Avelino (RN).



## RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 2000

- 1 Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 1999 (nº 151/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão do Sistema Jornal de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo. Parecer nº 275/2000-CE, Relator: Senador Bello Parga, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.
- 2 Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2000 (nº 203/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultura Venda Nova FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibatiba, Estado do Espírito Santo. Parecer nº 975/2000-CE, Relator: Senador Gerson Camata, favorável. Aprovado. À promulgação.
- 3 Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2000 (nº 293/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Brasil Amazônia Comunicação e Empreendimentos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Redenção (PA). Parecer nº 786/2000-CE, Relator: Senador Luiz Otávio, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.
- 4 Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2000 (nº 423/2000, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Donatle Costa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Avelino, estado do Rio Grande do Norte. Parecer nº 1.091/2000-CE, Relator: Senador Agnelo Alves, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.
- 5 Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1999. Senador Mozarildo Cavalcanti. Convoca plebiscito sobre a criação do estado do Tapajós. Parecer nº 951/2000-CCJ, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com voto contrário do senador José Eduardo Dutra e abstenção do senador Lúcio Alcântara. Aprovado o projeto. Aprovada a Emenda 1-CCJ. Rejeitada a Emenda 2-CCJ, destacada. À Câmara dos Deputados.
- 6 Requerimento nº 434, de 2000. Senador Roberto Requião. Solicita, nos termos regimentais, o reexame, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Projeto de Lei do Senado nº 194, de 1999. Aprovado. O Projeto de Lei do Senado nº 194, de 1999, retorna à CCJ, para reexame.
- 7 Requerimento nº 505, de 2000. Senador Eduardo Suplicy. Solicita a convocação do ministro de Estado das Relações Exteriores, senhor Luiz Felipe Lampréia, para prestar, perante o Plenário desta Casa, esclarecimentos sobre as razões que levaram o governo brasileiro a articular a operação de asilo político no Panamá para o Sr. Vladimiro Montesinos, principal assessor do presidente do Peru, Sr. Alberto Fujimori. Parecer da CRE favorável, Relator: Senador José Sarney. Aprovado. A presidência tomará as providências necessárias, para o cumprimento da deliberação do Plenário.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

# Líderes vetam cobrança de inativos para financiar mínimo

Partidos da base governista preferem votar projetos de combate aos sonegadores e à elisão fiscal. Também serviriam como fontes para o aumento do piso salarial metade da verba das emendas parlamentares e um corte de despesas

Em reuniões com o relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), os líderes que apóiam o governo na Câmara decidiram ontem não aceitar a proposta do Executivo de colocar a cobrança previdenciária dos inativos federais como fonte de financiamento do reajuste do salário mínimo, dos atuais R\$ 151 para R\$ 180, no próximo ano. O relator obteve apoio dos partidos na Comissão Mista de Orçamento para que os recursos do mínimo saiam de dois projetos de combate aos sonegadores e à elisão fiscal (uso abusivo de brechas legais para redução de imposto a pagar), do uso das verbas de emendas de parlamentares e de corte no custeio da máquina pública.

A decisão da base governista, que contou também com o apoio do PT, foi o resultado de duas longas reuniões realizadas ontem pelo relator-geral com líderes na Comissão de Orçamento e com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares.

Em uma terceira reunião, já no final do dia, com quase todas as lideranças dos partidos que apóiam o governo na Câmara, os deputados Arnaldo Madeira (PSDB-SP) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), líderes do governo na Câmara e no Congresso, foram informados da posição dos parlamentares.

— Os líderes da base do governo disseram que não se pode garantir o aumento do salário mínimo com a cobrança de previdência dos inativos — informou Arthur Virgílio.

Arnaldo Madeira acrescentou que o líder do PPB na Câmara, deputado Odelmo Leão (MG), disse que seu partido está disposto a votar os projetos de combate à sonegação e à elisão fiscal, menos a taxa dos inativos. O projeto contra sonegação dá à Receita acesso às movimentações financeiras de suspeitos de sonegação fiscal.

Em todas as reuniões, o relator-geral do Orçamento, Amir Lando, sustentou que “não há tempo hábil para que seja votada uma emenda constitucional envolvendo um as-



Amir Lando (segundo a partir da esquerda): um dia de reuniões para definir as fontes que garantiriam o aumento do salário mínimo

sunto tão polêmico”. Ele manteve as fontes de financiamento do salário mínimo decididas pelo comitê de receitas da Comissão de Orçamento na quarta-feira: uso de metade da verba destinada às emendas dos parlamentares ao Orçamento 2001 (R\$ 800 milhões), corte de R\$ 300 milhões proposto pelo Executivo, e arrecadação de R\$ 1,7 bi-

lhão a ser propiciada pelos projetos anti-sonegação. No total, são R\$ 2,8 bilhões, no seu entender suficientes para elevar o mínimo a R\$ 180 no dia 1º de maio de 2001.

Na primeira reunião do dia, pela manhã, com líderes de partidos na Comissão de Orçamento, já ficara descartado o uso de dinheiro dos inativos. À tarde, acompanhado de

deputados do comitê de receitas e do presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), Amir Lando foi ao Ministério do Planejamento para uma reunião com o ministro Martus Tavares. O ministro insistiu na cobrança dos inativos e admitiu que o Congresso use até R\$ 1,2 bilhão por conta dos projetos contra sonegação e anti-elição.

O relator-geral deixou com o ministro a proposta da Comissão de Orçamento e nova reunião foi marcada para o meio-dia de terça-feira. No mesmo dia, à tarde, os líderes da base governista terão novo encontro com os líderes do governo na Câmara e no Congresso. Na reunião de ontem com o ministro do Planejamento, os parlamentares da Comissão de Orçamento propuseram que, se a arrecadação com os projetos contra sonegação não elevarem as receitas federais em pelo menos R\$ 1,7 bilhão no próximo ano, o governo pode fazer cortes nos projetos que receberem verbas de emendas dos parlamentares.

# Passes superfaturados podem ser indício de lavagem de dinheiro

A venda de jogadores de futebol com preços superfaturados e as grandes somas destinadas a patrocínios de clubes ou eventos esportivos podem ser casos de lavagem de dinheiro. A afirmação é da presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Fazenda, procuradora Adrienne Giannetti Senna, que prestou depoimento ontem à CPI do Futebol do Senado.

Adrienne Senna admitiu, entretanto, que desde que o Coaf foi criado, em 1998, o órgão nunca recebeu qualquer denúncia ou informação oficial sobre lavagem de dinheiro, contra jogadores, empresários ou dirigentes de clubes de futebol. O conselho, segundo informou, funciona como uma espécie de órgão de inteligência federal para detectar, principalmente, crimes desse tipo.

Mas, para a presidente do Coaf, com o desenrolar dos trabalhos das duas CPIs em funcionamento no Congresso Nacional, o órgão que preside poderá passar a receber denúncias. A procuradora concordou com o relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), que acha possível lavar dinheiro



Adrienne (ao lado de Álvaro Dias) prevê que, com o funcionamento das CPIs no Congresso, o Coaf poderá passar a receber denúncias

através da compra e venda de jogadores.

Segundo Althoff, o negócio funcionaria da seguinte maneira: enquanto o passe de um jogador é fixado, oficialmente, junto à Confederação Brasileira de Futebol (CBF), em R\$ 35 milhões, o atleta é vendido por apenas R\$ 5 milhões. “A diferença, ou seja, R\$ 30 milhões, para onde vai? Será que esse dinheiro é lavado?”, indagou o relator da CPI.

Geraldo Althoff entende que o

Coaf é de fundamental importância para que a “caixa-preta” do futebol brasileiro seja aberta. Por isso, anunciou que vai pedir ao Banco Central que repasse ao órgão todas as informações já acumuladas pela CPI. As informações também incluem as atividades dos bingos. Em troca, o senador pediu à procuradora Adrienne Senna que auxilie a CPI com informações e dados colhidos no exterior, principalmente sobre as vendas milionárias de jogadores brasileiros.

## Coaf investiga operações de bingos

Adrienne Senna informou que o Coaf trabalha em conjunto com outras 53 unidades de inteligência similares, espalhadas por vários países. Acrescentou, entretanto, que todas as informações ficam sob sigilo até a conclusão do processo. Mas adiantou que, atualmente, o órgão investiga mais de perto 11 pessoas que movimentam grandes quantias. Há fortes indícios, segundo a procuradora, de que estejam praticando crime de lavagem de dinheiro. No total, o Coaf tem em mãos 1.248 operações suspeitas.

O presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), quis saber se das 11 pessoas investigadas pelo Coaf existia alguma ligada ao futebol. A procuradora reiterou que as investigações ainda não tinham sido concluídas, mas revelou que elas estão envolvidas com bingos e movimentam grande quantidade de dinheiro.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) cobrou das autoridades brasileiras maior controle so-



Althoff levantou a possibilidade de que vendas de passes estejam servindo para lavar dinheiro

bre os bingos. Segundo ele, há mais de mil bingos funcionando no país, a maioria de forma irregular. Adrienne Senna concordou e informou que o Coaf só tem registro de 125.

O presidente da CPI, senador Álvaro Dias, cobrou do governo mais combate à lavagem de dinheiro. Segundo ele, ainda é tímida a repressão ao crime organizado no Brasil.

# Mesa apóia moção de solidariedade a José Alencar

O documento classifica de falsas acusações a denúncia, publicada pela revista *Veja*, de que a Coteminas, empresa do senador, teria contribuído para um suposto caixa dois da campanha à reeleição do presidente Fernando Henrique

A Mesa do Senado decidiu apoiar, e publicar na íntegra, a moção de solidariedade ao senador José Alencar (PMDB-MG), em desagravo pelas denúncias publicadas pela revista *Veja* na edição do dia 22 último. A quase totalidade dos senadores apoiaram a moção. Segundo a revista, a Coteminas, empresa do senador, teria contribuído para um suposto caixa dois da campanha à reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) leu, em Plenário, a moção que repudia "o teor das acusações falsas publicadas na *Veja*, a respeito do senador José Alencar e de sua empresa Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas)".

Conforme o documento, homens públicos "estão sempre sujeitos a ataques infundados sobre



Juvêncio da Fonseca leu em Plenário a moção, que afirma a seriedade da conduta de Alencar

suas atividades, pelo denunciamento irresponsável de pessoas ou de órgãos de imprensa que não apuram as informações com o devido rigor". A moção ressalta que as denúncias representam "alevisias a

respeito de um cidadão que tem pautado sua conduta pela seriedade na direção de seus negócios privados e pela ética na sua vida pública que, embora iniciada recentemente, só honra e dignifica o Senado Federal".

Alencar agradeceu a iniciativa, mas afirmou não pode abrir mão de sua proposta de instalar uma comissão parlamentar de inquérito para investigar sua vida pessoal e empresarial à frente da Coteminas. "Tenho necessidade pessoal de que sejam apuradas, cabalmente, essas denúncias. Somente através de uma CPI poderei dar uma resposta que me lavar a alma. Já obtive 22 assinaturas, das 27 que são necessárias para a instalação da comissão, e tenho certeza de que, em breve, conseguirei as que faltam."



Hugo Napoleão: proposta beneficia famílias que não conseguem vagas no ensino público

## Napoleão propõe dedução de despesas com educação de 1º grau

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) pretende tornar totalmente dedutíveis do Imposto de Renda as despesas com a educação de primeiro grau. Ele apresentou projeto, encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que prevê a possibilidade de dedução do valor integral das despesas com estabelecimentos de ensino fundamental, uniformes, material didático e transporte escolar.

Na justificativa da proposta, o senador observa que, embora o Estado seja obrigado pela Constituição a oferecer ensino gratuito de primeiro grau, muitas vezes as famílias de classe média acabam pagando pela educação fundamental de seus filhos. Com

isso, afirma o autor do projeto, aumentam as despesas dos assalariados, pequenos empresários, servidores públicos e profissionais liberais.

— Essa ponderável parcela da população não encontra na rede pública de ensino a oferta de vagas para a educação de primeiro grau em número suficiente à demanda e no nível adequado de qualidade almejada — afirma Napoleão na justificativa da proposta. Além da dedução integral das despesas com a educação fundamental, o senador propõe a manutenção da atual isenção de R\$ 1.700 com despesas com educação pré-escolar, segundo e terceiro graus e cursos de especialização ou profissionalizantes.

## Lampreia vai ser convocado para explicar relações com Peru

O Senado aprovou ontem a convocação do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para explicar as relações entre o Brasil e o Peru. O depoimento será dado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O requerimento, de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), solicitava que o depoimento ocorresse no Plenário do Senado, especificamente sobre as suspeitas de que o governo brasileiro tenha participado da articulação política para garantir asilo político a Waldomiro Montesinos, assessor direto do ex-presidente do Peru, Alberto Fujimori.

Ao ser votado na comissão, o requerimento foi modificado, após acordo de lideranças, para que o depoimento acontecesse no próprio colegiado, e não no Plenário, com uma pauta mais abrangente para incluir as relações políticas e econômicas entre os dois países.



Eduardo Suplicy é autor do requerimento de convocação

## Cândido quer tornar obrigatório medidor de impulso telefônico

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) apresentou projeto, encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que torna obrigatória a instalação de medidores residenciais de impulsos telefônicos. Ele considera que os aparelhos garantirão aos usuários maior controle das próprias despesas.

O uso do medidor, afirma o senador na justificativa da proposta, permitirá maior transparência no resultado da aferição do consumo individual, "reduzindo os riscos de cobranças abusivas". Cândido lembra que já existem medidores domésticos de água e energia elétrica, com o mesmo objetivo de evitar cobranças indevidas. De acordo com o projeto, a instalação e manutenção dos medidores serão de responsabilidade das concessionárias de serviços telefônicos.



Cândido quer maior transparência na aferição do consumo

## Osmar Dias defende uso do FGTS para pagar cirurgia

O trabalhador poderá utilizar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de cirurgias caso seja aprovado projeto de lei de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa. De acordo com a proposta, o benefício é extensivo aos parentes de primeiro grau do titular da conta, mas ficam

excluídas as cirurgias com finalidade estética e experimentais.

— Estamos propondo a utilização do FGTS para pagamento de cirurgias porque julgamos que a saúde do trabalhador e de sua família é um dos seus maiores bens e deve ser preservada a qualquer custo — afirmou.

Segundo o senador, a Constituição universalizou o acesso aos serviços de saúde pública, mas o Sistema

Único de Saúde (SUS) nem sempre cumpre os seus objetivos e obriga o trabalhador a esperar em longas filas de espera para realizar cirurgias.

— Entendemos que, enquanto o Estado não tem condições de proporcionar um atendimento satisfatório à saúde do trabalhador, ele pode recorrer a outros meios para satisfazer as necessidades básicas de saúde.

## Romero Jucá elogia programa de concessão de rodovias federais

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou o programa governamental de concessão de rodovias federais. Citando o Relatório Anual de Acompanhamento das Concessões, divulgado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), ele disse que há ampla aceitação por parte dos usuários dos serviços. Jucá informou que, em cinco rodovias pesquisadas, mais de 80% dos usuários que eram favoráveis à redução de tarifas optaram pelo pagamento do preço fixado, a fim de que os atendimentos médico e mecânico continuassem disponíveis.

Ainda de acordo com o relatório, concluída a implantação dos programas de concessões, o tráfego rodoviário estará submetido ao

pagamento de pedágio em aproximadamente 15.500 quilômetros de rodovias federais e em 7.500 quilômetros de estradas estaduais. Para o senador, trata-se de um dos maiores programas do tipo em todo o mundo. O parlamentar informou que restarão ainda, dependentes de manutenção pelo poder público, cerca de 110 mil quilômetros de rodovias pavimentadas e 125 mil não-pavimentadas, entre federais e estaduais.

Apesar dos avanços, o senador afirmou que o problema do financiamento do setor rodoviário continua dependendo de solução efetiva, já que a extensão total dos programas de concessão em andamento não alcança a décima parte da totalidade das redes de rodovias.



Romero Jucá lembrou que o programa para as rodovias é um dos maiores de todo o mundo

## Oftalmologista divulga novas técnicas na TV

O médico oftalmologista Osvaldo Travassos de Medeiros, pioneiro na aplicação de inovações tecnológicas à prática da medicina, fala sobre suas últimas invenções ao jornalista Fernando Cesar Mesquita no programa *Entrevista Especial*, que a TV Senado leva ao ar sábado e domingo, às 11h e às 23h.

## Serviço mostra o que sai de cada senador na mídia

Quem visita a página do Senado na Internet ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)) pode conferir o serviço "Senadores na Mídia". Por meio dele, o usuário tem acesso a um banco de dados, atualizado diariamente logo no início da manhã, contendo todas as notícias sobre os senadores publicadas nos principais jornais de circulação nacional. O serviço também pode ser disponibilizado diretamente do site do senador, em uma versão que contém somente notícias a seu respeito.

Pesquisa realizada nos gabinetes do Senado revela que o serviço tem uma avaliação muito positiva. Ouve-se também uma sugestão: a inclusão, no *clipping* diário, do noticiário dos jornais regionais. Para tanto, a Secretaria de Comunicação Social desenvolveu programa que permite ao gabinete, em Brasília ou no estado de origem do parlamentar, atualizar o banco de dados com as notícias dos jornais de seu estado. Assim, além de notícias dos jornais de circulação nacional, selecionadas por equipe da Secretaria de Comunicação, os gabinetes que assim o desejarem poderão acrescentar ao acervo as notícias publicadas em jornais regionais do seu estado.

## RETIFICAÇÃO

Diferentemente do que o *Jornal do Senado* publicou na edição de ontem, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) preside o Instituto Teotônio Vilela e não a Fundação Teotônio Vilela. A matéria foi publicada na página 10 e divulgava o lançamento do livro *Vida e Morte no Sertão - História das Secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*, patrocinado pelo Instituto. A informação incorreta também foi veiculada pela Agência de Notícias do Senado na quarta-feira.

# Rádio Senado está com novo "site"

As cinco páginas disponíveis na Internet oferecem acesso ao noticiário e aos programas especiais da emissora, além de resumos semanais das notícias, em inglês e espanhol

Já pode ser acessado, desde a última terça-feira, o novo site da Rádio Senado FM. Inteiramente reformulado em termos gráficos, ele ficou mais funcional. Agora, depois de acessar a rádio ao vivo, o internauta pode continuar a ouvi-la, sem parar de navegar.

Dividido em cinco páginas, o site tem outras novidades: o Manual de Redação e parte da legislação em vigor sobre o serviço de radiodifusão no Brasil.

Foram mantidos os serviços an-



teriores, como o acesso aos noticiários e programas especiais produzidos pela emissora, os *flashes* sobre as atividades do Senado e os resumos semanais das notícias, em inglês e em espanhol. Há, também, instruções sobre como sintonizar a emissora por meio de antena para-

bólica e como retransmitir a programação da emissora usando os recursos da Internet.

O endereço também é novo: [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio).

"IMPROVISO"

O francês St. Germain, que mistura música eletrônica com *jazz blues*, é uma das atrações deste final de semana no programa *Improviso - Jazz Sem Fronteiras*, da Rádio Senado FM. St. Germain é o codinome do músico Ludovic Navarre. Sua música usa recursos eletrônicos somados ao som dos instrumentos tradicionais, resultando em trabalho moderno e de qualidade excep-

cional, sucesso tanto entre apreciadores de seus *hits* mais dançantes como dos fãs do bom instrumental.

Outro destaque do programa é o paulista Luiz Tatit, que está lançando o segundo disco solo, *Meio*. Tatit foi o líder e principal compositor do grupo Rumo, importante representante do movimento que ficou conhecido como a Vanguarda Paulista nos anos 80.

*Improviso - Jazz Sem Fronteiras* tem produção e apresentação de Flavio de Mattos e Vinicius Becker. O programa vai ao ar sábado, às 20h, e é reapresentado no domingo, às 23h30, pela Rádio Senado FM 91,7.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h - *Saúde Unip* - A Bexiga  
6h30 - *Cidadania* - Senadora Emilia Fernandes e a presidente do *Jornal Persona*, Maria Lúcia Pizolante, falam das mulheres no século XXI  
7h30 - *Entrevista* - Marco Antônio Villa, historiador, fala do livro *Vida e Morte no Sertão*  
8h - *Jornal do Senado*  
8h30 - *TV Escola* - Educação Ambiental - Poluição do ar e da água  
9h - Sessão Plenária (ao vivo)  
*Logo após* - Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (gravado)  
14h30 - Sessão Plenária (reapresentação)  
18h30 - *Quem tem medo da música clássica?* - Orquestra Sinfônica Juvenil da Venezuela  
19h45 - *Cidadania* - Senador Geraldo Cândido e o deputado federal Paulo Paim falam sobre o Dia Nacional da Consciência Negra  
20h30 - *Entrevista* - Marco Antônio Villa, historiador, fala do livro *Vida e Morte no Sertão*  
21h - *Jornal do Senado*  
21h30 - *Canal Médico* - Anestesia  
22h30 - *Teatro Arthur Azevedo* - "Vô Imbolá", com Zeca Baleiro  
0h - *Redescoberta do Cinema Nacional* - "Fogo Morto", de Marcos Fariás  
*Logo após*: TV Escola - Educação Ambiental - Explosão demográfica

#### SÁBADO

1h - *Cidadania* - Senadora Emilia Fernandes e a presidente do *Jornal Persona*, Maria Lúcia Pizolante, falam das mulheres no século XXI  
2h - *Saúde Unip* - A próstata - parte 1  
2h30 - *Jornal do Senado*  
2h40 - *Especial* - Gustavo Capanema  
3h - *Cores do Brasil* - Folclore do Maranhão  
3h30 - *Entrevista* - Senador Carlos Bezerra fala sobre a reforma agrária e a agricultura familiar  
4h - *Saúde Unip* - A próstata - parte 1  
4h30 - *Jornal do Senado*  
4h40 - *Especial* - Gustavo Capanema  
5h - *Canal Médico* - Proteus aula 03  
6h - *TV Escola* - Educação Ambiental - Explosão demográfica  
6h30 - *Agenda Econômica* - Márcio Pochmann, professor da Unicamp, fala sobre o desemprego  
7h30 - *Entrevista* - Senador José Fogaça fala sobre as eleições norte-americanas  
8h - *Jornal do Senado*  
8h10 - *Especial* - Gustavo Capanema  
8h30 - *TV Escola* - Educação Ambiental -

#### Crescimento urbano

9h - *ABD no Ar* - Critérios para avaliação de Projetos Culturais  
9h30 - *De Coração* - Trombose venosa profunda  
10h - *Quem tem medo da música clássica?* Beethoven - *A Heróica*  
11h - *Entrevista* - Osvaldo Travassos de Medeiros, oftalmologista  
12h - *Jornal do Senado*  
12h10 - *Especial* - Gustavo Capanema  
12h30 - *Entrevista* - Senador Júlio Eduardo fala sobre extrativismo e desmatamento  
13h - *TV Escola* - Educação Ambiental - Energia  
13h30 - *Agenda Econômica* - Márcio Pochmann, professor da Unicamp, fala sobre o desemprego  
14h30 - *Espaço Cultural* - Sebastião Tapajós e Gilson Peranzetta  
16h - *Saúde Unip* - A próstata - parte 1  
16h30 - *Entrevista Especial* - Juiza Ellen Northfleet, primeira mulher indicada para o Supremo Tribunal Federal

17h - *Revista Brasília* - nº 16

18h - *Quem tem medo da música clássica?* Beethoven - *A Heróica*  
19h - *Tela Brasileira* - Mara Mourão  
19h30 - *Canal Médico* - Asma Brônquica  
20h30 - *Entrevista* - Marco Antônio Villa, historiador, fala do livro *Vida e Morte no Sertão*  
21h - *Jornal do Senado*  
21h10 - *Especial* - Gustavo Capanema  
21h30 - *Teatro Arthur Azevedo* - Rita Ribeiro  
23h - *Entrevista* - Osvaldo Travassos de Medeiros, oftalmologista  
0h - *Redescoberta do Cinema Nacional* - "Fogo Morto", de Marcos Fariás

#### DOMINGO

1h - *Cidadania* - Senadora Emilia Fernandes e a presidente do *Jornal Persona*, Maria Lúcia Pizolante, falam das mulheres no século XXI  
2h - *Saúde Unip* - A próstata - parte 2  
2h30 - *Jornal do Senado*  
2h40 - *Especial* - Gustavo Capanema  
3h - *Cores do Brasil* - Manaus  
3h30 - *Entrevista* - Marco Antônio Villa, historiador, fala do livro *Vida e Morte no Sertão*  
4h - *Saúde Unip* - A próstata - parte 2

4h30 - *Jornal do Senado*

4h40 - *Especial* - Gustavo Capanema  
5h - *Cores do Brasil* - Pernambuco  
5h30 - *Saúde Unip* - A próstata - parte 2  
6h - *TV Escola* - Educação Ambiental - Energia  
6h30 - *Cidadania* - Senador Geraldo Cândido e o deputado federal Paulo Paim falam sobre o Dia Nacional da Consciência Negra  
7h30 - *Entrevista* - Juiza Ellen Northfleet, primeira mulher indicada para o Supremo Tribunal Federal  
8h - *Jornal do Senado*  
8h10 - *Especial* - Gustavo Capanema  
8h30 - *TV Escola* - Educação Ambiental - Erosão e desertificação  
9h - *Tela Brasileira* - Mara Mourão  
9h30 - *De Coração* - Trombose venosa profunda  
10h - *Quem tem medo da música clássica?* Beethoven - *A Heróica*  
11h - *Entrevista* - Osvaldo Travassos de Medeiros, oftalmologista  
12h - *Canal Médico* - Asma Brônquica  
13h - *TV Escola* - Educação Ambiental - Poluição do ar e da água  
13h30 - *Cidadania* - Senadora Emilia Fernandes e a presidente do *Jornal Persona*, Maria Lúcia Pizolante, falam das mulheres no século XXI  
14h30 - *Espaço Cultural* - Sebastião Tapajós e Gilson Peranzetta  
16h - *Saúde Unip* - A próstata - parte 2  
16h30 - *Entrevista* - Senador José Fogaça fala sobre as eleições norte-americanas

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DR0 ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h - *Agenda Senado*  
Em seguida - Música e informação  
9h - Sessão Plenária do Senado (vivo)  
Em seguida - Música e informação  
14h30 - Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida - Música e informação  
19h - *A Voz do Brasil*  
Em seguida - Música e informação  
20h30 - *Senado em Linha Direta* - Edição Nordeste  
Em seguida - Música e informação  
21h - *Senado em Linha Direta* - Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida - Música e informação  
21h30 - *Senado em Linha Direta* - Edição Sul/Sudeste  
Em seguida - Música e informação

# Plenário homenageia o ex-senador Guido Mondin

O Plenário do Senado homenageou ontem o ex-senador, deputado, artista plástico e ministro e presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) Guido Mondin, que morreu em março deste ano. A sessão contou com a presença da filha de Guido Mondin, Talita Mondin Leivas, e de outros parentes e amigos. Também acompanharam a homenagem o deputado federal Sinval Guazzelli (PMDB-RS) e o ministro do TCU Adhemar Ghisi.



Os senadores gaúchos do PMDB, Pedro Simon e José Fogaça, ocuparam a tribuna e destacaram a multiplicidade de talentos e habilidades que, frisaram eles, caracterizou a personalidade de Guido Mondin. Na presidência dos trabalhos, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) também recordou a importância de Mondin na transferência do Senado do Rio de Janeiro para Brasília e sua atuação como "ilustre membro da Mesa da Casa".

## José Fogaça ressalta a versatilidade incomum

O senador José Fogaça (PMDB-RS) disse que o ex-senador Guido Mondin era um homem "múltiplo", que exerceu várias atividades com coragem e disposição permanente para criar. Fogaça lembrou que Mondin foi artista, escritor, economista, contador, folclorista, animador de carnaval, empresário, deputado federal, vice-prefeito de Caxias,



Fogaça: "Foi um homem do seu tempo, deste breve século"

entíficas, tecnológicas e sociológicas, Guido Mondin "não se satisfazia com as formas estáveis das coisas", comparou o senador.

— Não era uma figura comum — resumiu José Fogaça.

Como exemplo, referiu-se à forma como Mondin "adotou" Brasília e aos 1.509 discursos que fez em 1958 por todo o Rio Grande do Sul viabilizando sua eleição ao Senado por "uma das mais conflitivas e contraditórias alianças políticas" já realizadas no estado: entre o PTB de Leonel Brizola e o PRP, de origem integralista.

Fogaça disse também que é um grande admirador do pintor Guido Mondin e de suas telas históricas, particularmente "a reprodução pictórica da epopéia farroupilha".

— Ousado para o sonho, inquieto com a sua arte, equilibrado para as ações da política, diligente e operoso como juiz de contas da União, Guido Mondin foi um homem do seu tempo, um homem do seu século — enfatizou.

Na sessão, os senadores destacaram a atuação de Mondin em áreas como a literatura, a pintura e a economia



## Pedro Simon destaca a credibilidade

Ao homenagear o ex-senador Guido Mondin, que morreu em maio aos 88 anos, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou a versatilidade de seu conterrâneo. "Relembramos hoje não apenas a longa dedicação de Guido Mondin à política, mas também à arte, à cultura, ao esporte, ao sindicalismo, chegando no fim da vida a ministro do TCU", disse Simon.

Ele recordou a trajetória política de Mondin, que aderiu à Ação Integralista Brasileira na década de 30. Com a redemocratização do país, em 1946, filiou-se ao Partido de Representação Popular (PRP), pelo

qual foi eleito deputado estadual (1951), deputado federal (1956) e senador pelo Rio Grande do Sul (1958). No Senado, permaneceu de 1959 a 1975, tendo se filiado à Arena, em 1966, com a extinção dos partidos políticos pelo regime militar.

Apesar de filiado ao partido de apoio ao regime militar, Simon credita a Mondin o mérito de jamais ter atacado ou hostilizado os antigos membros do PTB. "Homem de gran-



Segundo Simon, Mondin manteve a dignidade durante o regime militar

de credibilidade, conservou sua alma indelével e sua dignidade em meio ao chamuscos do período militar", afirmou, comentando a disposição do homenageado de sempre ajudar aos perseguidos pela ditadura.

Em aparte a Simon, José Roberto Arruda (PSDB-DF), lembrou que Mondin foi um apaixonado por Brasília, cidade na qual continuou a residir mesmo depois de aposentado do TCU, em 1982.

## Paulo Hartung registra prêmio concedido ao prefeito de Vitória

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) registrou ontem a indicação do prefeito de Vitória, Luiz Paulo Vellozo Lucas, para receber o prêmio Banas de Qualidade, na categoria Personalidade Pública da Qualidade, em reconhecimento ao desempenho dos programas implementados pelo seu governo. Hartung salientou as conquistas sociais da atual administração de Vitória.

O prêmio, que está em sua sexta edição, é entregue anualmente pela revista *Banas Qualidade* a personalidades políticas e empresariais que se destacam em sua área. A solenidade de entrega do prêmio ocorre-



Hartung: prefeito faz uma administração financeira rigorosa

rá no dia 28, em São Paulo.

O senador pediu também a transcrição de matéria publicada pelo jornal *O Globo*, no último dia 22. Com o título *Exemplo de Vitória*, a reportagem destaca os feitos de Vellozo Lucas à frente do governo da capital do Espírito Santo, e compara a cidade a Curitiba (PR).

Entre as realizações do prefeito, um economista vindo do BNDES, está uma rigorosa administração financeira que tem permitido atacar o problema das favelas e habitações insalubres e planejar a oferta de escolas do ensino fundamental e do pré-escolar.

## Ademir Andrade defende a manutenção de programa do MEC

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu a continuidade do Programa Especial de Treinamento (PET), desenvolvido para estimular a pesquisa e a melhora da qualidade no ensino de graduação superior. Também manifestou, por ofício, ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, sua posição favorável à manutenção do PET.

Ademir salientou que o programa tem funcionado com êxito há 20 anos, com excelentes resultados no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, propiciando a integração das universidades com a sociedade.



Ademir Andrade: PET funciona com êxito há duas décadas

— Contrariando todas as avaliações positivas do PET, o Ministério da Educação quer decretar o seu fim — lamentou, lembrando que o programa só continuou graças a uma emenda apresentada ao Orçamento Geral da União pelos parlamentares.

Mesmo assim, salientou, o governo federal se recusa a pagar as bolsas de R\$ 741, devidas aos 314 professores que trabalham como tutores do programa. O senador recebeu em seu gabinete representantes de estudantes e professores participantes do PET, que vieram a Brasília lutar pela continuidade do programa.

# Restrições à propaganda de cigarro marcaram a semana no Senado

Os senadores também aprovaram a escolha da primeira mulher indicada para o Supremo, a criação de cargos na PF, a recondução do diretor da Aneel e novos instrumentos na luta contra o crime

A proibição da propaganda de cigarro em revistas, jornais, televisão, rádio e *outdoors* marcou os trabalhos do Senado nesta semana. O Plenário decidiu autorizar a publicidade apenas pelo correio ou mediante fixação de cartazes na parte interna dos locais de venda. Aprovado na forma de substitutivo, de José Roberto Arruda (PSDB-DF), o projeto admite a informação jornalística e científica sobre o tabaco e seus derivados, mas proíbe o *merchandising* — propaganda subliminar que utiliza ações de personagens em atuações não diretamente relacionadas com o uso do cigarro, mas com sucesso ou bem-estar associado a seu consumo.

O Senado também aprovou a escolha da juíza Ellen Gracie Northfleet para o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal, na vaga de Octavio Gallotti, que está se aposentando. A votação foi secreta, assim como as que resultaram na escolha de Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra para embaixador do Brasil nas

Filipinas, de Oto A-gripino Maia para representar o país no Vaticano e de José Mário Miranda Abdo, para ser reconduzido ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Também nesta semana, o Senado Federal aprovou projeto do Executivo criando 2 mil cargos na Polícia Federal (PF), os quais serão assim distribuídos: 160 na área de perícia criminal, 400 para delegado, 600 para escrivão e 840 para agentes, todos sujeitos a concurso público.

O combate ao crime organizado ganhou dois novos recursos. O Senado aprovou projeto permitindo aos policiais instalar aparelhos de som e imagem para captar conversas de suspeitos e dando-lhes con-



Homenagem do Plenário a Rachel de Queiroz também foi destaque da semana

dições legais para infiltrar-se em organizações criminosas na tentativa de desbaratar quadrilhas.

Foi votado projeto estabelecendo que serão identificados criminalmente o indiciado ou acusado que estiver envolvido na prática de crimes de homicídio doloso, receptação qualificada, falsificação de documento públi-

co, contra o patrimônio ou contra a liberdade sexual. A idéia é imprimir maior segurança na identificação de suspeitos de ilícitos penais graves, assegurando maior eficácia à investigação policial.

Mediante substitutivo do senador Edison Lobão (PFL-MA), foi aprovado projeto fixando a prescrição quinquenal e não semestral para a ação impetrada pelas empresas se-

guradoras para reaver o valor que tenham pago aos segurados por dano provocado por terceiros.

Acolhendo idéia da CPI do Sistema Financeiro, o Plenário decidiu que o Banco Central manterá um Sistema de Risco de Crédito, com informações sobre empréstimos bancários, a serem fornecidas pelas instituições financeiras e pela Receita Federal. Pelo texto aprovado, não constituirá quebra de sigilo bancário, fiscal ou comercial o envio de informações a essa central de risco.

Em duas sessões diferentes, o Plenário homenageou a escritora Rachel de Queiroz, pelo transcurso do seu nonagésimo aniversário, e o político e intelectual Guido Mondim.

Foi aprovado também requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitando a convocação do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para prestar, perante o Plenário, esclarecimentos sobre as relações diplomáticas do Brasil com o Peru.



O projeto de Viana também prevê exames de hepatite e outras doenças transmissíveis

## CAS amplia proteção às mulheres gestantes

Projeto que obriga as redes pública e privada de saúde a realizar em gestantes exames que detectem o vírus da Aids, da hepatite e os agentes da sífilis e da toxoplasmose foi aprovado quarta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). De autoria de Tião Viana (PT-AC), a matéria prevê a realização de todos os exames considerados essenciais, incluindo os que possam mostrar a presença de doenças transmissíveis da mãe para o filho.

Ao projeto original, foi oferecido um substitutivo pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), relator da matéria na comissão, que incluiu a previsão de que a assistência pré-natal seja feita por hospitais particulares quando não existirem hospitais públicos na região onde residirem as gestantes.

Tião Viana argumentou em favor de seu projeto que os exames complementares e a assistência pré-natal contribuirão para conter a transmissão de doenças infecto-contagiosas da mãe para a criança. Ele lembrou que cerca de 250 mil crianças são contaminadas pela hepatite B a cada ano, no Brasil, pela falta desses exames preventivos.

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) também apresentou emendas à matéria. Uma delas foi aprovada, dando poderes a qualquer profissional da área médica que esteja acompanhando a gestante a pedir os exames, o que inclui enfermeiros.

O substitutivo, aprovado originalmente em março, foi submetido a outro turno de votação, como determina o Regimento do Senado. Caso não receba recurso para votação em Plenário, segue direto para a apreciação da Câmara dos Deputados.

## Reforma política foi um dos principais temas nas comissões

O financiamento público de campanhas eleitorais e o fortalecimento da fidelidade partidária foram alguns dos principais temas tratados pelas comissões do Senado na semana que se encerra. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu, por unanimidade, tornar exclusivamente público o financiamento das campanhas eleitorais e ampliar para quatro anos o tempo de filiação dos candidatos a cargos eletivos, como forma de garantir a fidelidade ao partido.

“Com essa medida, estaremos reduzindo os índices de corrupção, uma vez que os grandes escândalos da administração pública brasileira tiveram início nas campanhas eleitorais”, afirmou o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), na discussão da matéria. Ele advertiu, contudo, que a mudança poderá ser “letra morta”, se não houver uma fiscalização ri-

gorosa das campanhas eleitorais.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou parecer do senador Moreira Mendes (PFL-RO) a projeto do Executivo que proíbe o menor de 16 anos de trabalhar, salvo na condição de aprendiz. De acordo com o projeto, o menor terá direito ao chamado salário/hora, com jornada de trabalho não superior a seis horas diárias, sendo vedada a prorrogação e a compensação da jornada.

Em audiência na Comissão de Educação (CE), o secretário nacional de Educação Superior, Antonio MacDowell Figueiredo, informou que o governo não pretende extinguir o Programa Especial de Treinamento (PET), que concede bolsas a alunos e professores de graduação, mas não explicitou quais as mudanças ele poderá sofrer. Autora do requerimento de realização da audiência, a senadora Emilia Fernandes

(PDT-RS) disse que o MEC tem considerado o programa elitista, o que ela classifica como erro de avaliação.

Já a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizou audiência pública para debater formas de o Congresso auxiliar na cobrança da dívida ativa da União. O presidente da CAE, Ney Suassuna (PMDB-PB), considerou “estranha” a situação das varas de execução fiscal e da Procuradoria da Fazenda Nacional. Ele prometeu lutar para mudar essa situação. A comissão também realizou audiência para debater a política de preços para a indústria do gás natural.

A Comissão Mista de Orçamento aprovou créditos suplementares de R\$ 8,92 milhões para órgãos ligados à Presidência da República e aos ministérios de Mi-



O senador Jorge Bornhausen propôs a fixação de novo prazo de filiação partidária

nas e Energia, Comunicações e Meio Ambiente. Os recursos se destinam a vários programas, incluindo manutenção de imóveis, prevenção de queimadas na Amazônia e pagamento de auxílio-transporte a funcionários.

Em sessão conjunta das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e da Câmara, foi instalada a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI). O órgão será presidido temporariamente pelo senador José Sarney (PMDB-AP).

E a CPI do Futebol decidiu pedir às juntas comerciais do Rio e de São Paulo e à Receita Federal uma investigação sobre empresas que foram ou são de propriedade de jogadores — entre eles, Romário e Edmundo.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Ademir Andrade e Carlos Patrocínio